

Com a demora na concessão da licença ambiental da Cidade Digital pelo Ibama, Banco do Brasil estuda transferir a instalação do centro tecnológico do Distrito Federal para São Paulo ou Paraná

# Investimento de R\$ 1 bi ameaçado

SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

**A**falta de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Distrito Federal ameaça a instalação do Centro Tecnológico do Banco do Brasil na capital. A instituição bancária informou ontem que já tem planos de transferir o investimento, em torno de R\$ 1 bilhão, para São Paulo ou Paraná. O centro vai gerar em um primeiro momento dois mil empregos. O impasse é resultado da demora na aprovação do projeto de lei de ampliação do Parque Nacional de Brasília, que está sendo discutido há cinco meses. A votação do projeto, prevista para ontem, foi adiada na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. O deputado Sarney Filho (PV-MA) pediu vistas do projeto e depois ligou para a direção do Banco do Brasil pedindo que a entidade esperasse um pouco mais para tomar a decisão.

O Banco do Brasil já tinha acertado com o Governo do Distrito Federal (GDF) instalar o Centro Tecnológico na Cidade Digital – novo polo de desenvolvimento econômico que vai gerar 20 mil empregos diretos. No entanto, o GDF depende que o Ibama libere a licença ambiental da área de 233 hectares próxima ao Parque Nacional. O Ibama tinha prometido ceder o terreno, mediante a aprovação do projeto que amplia a área da reserva ambiental

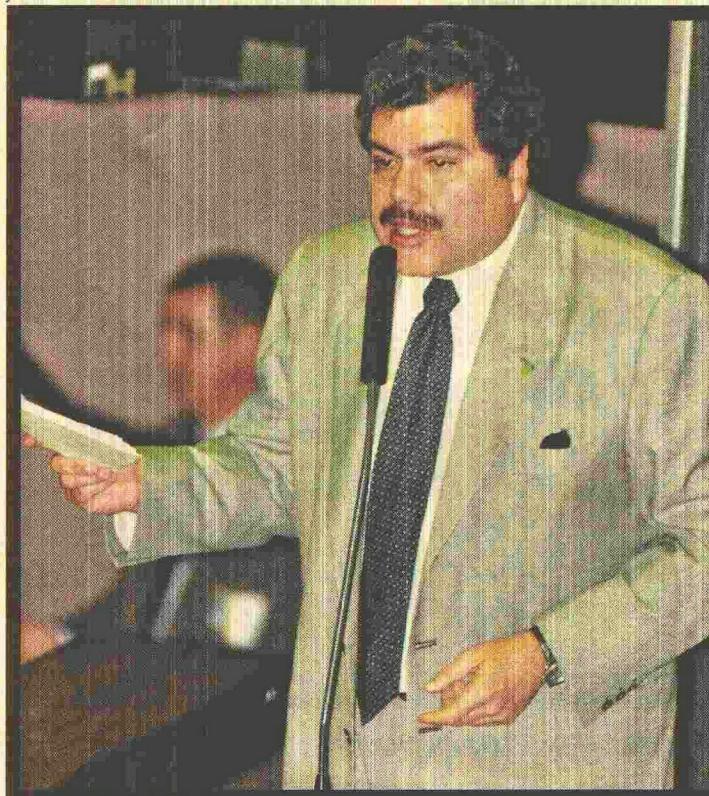
de 30 mil para 46 mil hectares.

“Temos prazo a cumprir. O Centro Tecnológico precisa funcionar já em 2006. Não queremos que as normas ambientais sejam desrespeitadas. Pelo contrário, nosso compromisso é com a legalidade do projeto. No entanto, se não houver um breve posicionamento sobre a disponibilidade da área, já há planos para instalar o centro em São Paulo ou Paraná”, informou oficialmente o Banco do Brasil, por meio da assessoria de imprensa.

O Ibama não aceita doar a área sem que seja aprovado antes o projeto conforme o texto original, que gerou muitos protestos de moradores das regiões que seriam atingidas. O relator do projeto, deputado federal Pastor Jorge Pinheiro (PL-DF), apresentou substitutivo ao projeto do Ministério do Meio Ambiente/Ibama que reduziu a área de ampliação em 50%. Depois da pressão do Ibama, recuou e aumentou as terras a serem anexadas para 41,8 mil hectares. “Já chegamos bem perto do que o Ibama quer. O governo federal está protelando a solução do problema. Não cabe mais adiamentos para definir a questão”, argumentou o deputado.

O Ibama alega que o Ministério do Meio Ambiente ainda não estava devidamente informado sobre a nova proposta do relator do projeto. “Ainda faltam detalhes a serem discutidos. Não haveria condições de ser aprovado hoje (ontem)”, justificou o superintendente do

José Varella/CB/15.12.03



SARNEY FILHO PEDIU PARA A DIREÇÃO DO BANCO ESPERAR MAIS UM POUCO

Ibama-DF, Francisco Palhares.

A proposta original prevê a desocupação de 200 chácaras do núcleo rural Lago Oeste e também pega terras onde estão previstos projetos habitacionais de servidores públicos do DF. O relator retirou do projeto essas áreas de conflito. A bancada distrital e federal está se unindo para garantir a instalação da Cidade Digital no DF. “Não podemos deixar Brasília perder esses empregos.

Está faltando vontade política do Ibama. A Cidade Digital não pode estar atrelada ao projeto do Parque Nacional, como moeda de troca”, disse o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, deputado Augusto Carvalho (PPS). Ele se encontra hoje com o primeiro vice-presidente da Câmara Federal, José Thomaz Nonô (PFL-AL), para ajudar na articulação política pela liberação da Cidade Digital.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

## Crescimento e preservação

É possível, com boa vontade política, conciliar todos os interesses que envolvem o polêmico projeto de ampliação do parque e da criação da Cidade Digital. Não se pode trocar o interesse social e econômico de uma cidade pelo interesse ambiental e político. Uma coisa não substitui a outra. Não podemos simplesmente trocar empregos por mais hectares de verde. O Distrito Federal tem o direito e precisa das duas coisas. Por que não podemos garantir 20 mil novos empregos e ao mesmo tempo a preservação do nosso patrimônio ambiental, que é o Parque Nacional de Brasília?

Brasília tem vocação para a chamada indústria limpa. Somos referência da produção de software. Para no futuro não termos uma cidade cinzenta e enfuma-

çada, o caminho é investir na indústria tecnológica, que não polui o meio ambiente, é investir na Cidade Digital. Podemos buscar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Se por trás do impasse existe uma guerra política entre governo federal e GDF, inviabilizando o desenvolvimento da cidade, o Parque Nacional não pode ser usado como escudo para a falta de vontade política em solucionar o caso. O Ibama está certo em querer ampliar o parque que garante água aos brasilienses e é orgulho do Brasil, como a maior reserva ambiental em meio urbano do país. Mas é hora do Ministério do Meio Ambiente ponderar. O que ameaça o Parque não é a Cidade Digital e, sim, as divergências políticas. Os brasilienses precisam do verde e de empregos. (S.S.)